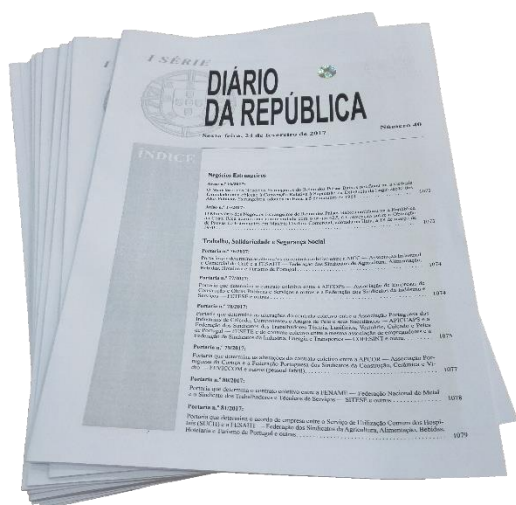


Digesto

NEWSLETTER N.º 21/2020

Período abrangido: 6 a 16 de outubro de 2020



COVID-19

[Resolução da Assembleia da República n.º 77/2020, de 6 de outubro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprecia a aplicação do estado de emergência, declarado pelo [Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020](#), de 2 de abril.

[Resolução da Assembleia da República n.º 78/2020, de 7 de outubro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprecia a aplicação do estado de emergência, declarado pelo [Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020](#), de 17 de abril.

[Despacho n.º 9719/2020, de 8 de outubro](#)

Saúde - Gabinete da Ministra

Delega nos dirigentes máximos de entidades do Ministério da Saúde a competência para autorizar a contratação de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego a termo resolutivo, pelo período de quatro meses, bem como para as renovações de contratos de trabalho a termo resolutivo já celebrados ou a celebrar, por iguais períodos, para reforço dos recursos humanos necessários para dar resposta à pandemia provocada pela COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2020, de 14 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Define orientações e recomendações relativas à organização do trabalho na Administração Pública no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2020, de 14 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020, de 14 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Despacho n.º 9934-A/2020, de 14 de outubro

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Estabelece o regime do tráfego aéreo autorizado em Portugal continental, prorrogando medidas restritivas do mesmo tráfego face à situação de calamidade provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

Despacho n.º 9934-B/2020, de 14 de outubro

Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Determina a prorrogação da interdição de desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

Decreto-Lei n.º 87-A/2020, de 15 de outubro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, procedendo à vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19 e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime contraordenacional, no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta.

Despacho n.º 9978/2020, de 16 de outubro

Economia e Transição Digital e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Secretária de Estado do Turismo

Define medidas tendentes a assegurar o alojamento dos estudantes deslocados e bolseiros em empreendimentos turísticos ou em estabelecimentos de alojamento local.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 234/2020, de 8 de outubro](#)

FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Estabelece as características dos dísticos relativos ao contrato de seguro obrigatório e à isenção da obrigação de seguro, previstos no [Decreto-Lei n.º 291/2007](#), de 21 de agosto.

AGRICULTURA

[Despacho n.º 9834-A/2020, de 12 de outubro](#)

Agricultura - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Define os procedimentos para a atribuição do apoio financeiro no valor de 150 000 EUR destinado à realização de ações de sensibilização, em todo o território nacional, da população para os benefícios da esterilização de cães e gatos não destinados à reprodução.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030.

[Portaria n.º 243/2020, de 14 de outubro](#)

AGRICULTURA

Implementa procedimentos e medidas de proteção fitossanitária, adicionais, destinadas à erradicação no território nacional da bactéria de quarentena *Xylella fastidiosa* (Wells et al.), bem como é aplicável sem prejuízo do disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/2031, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e no Regulamento de Execução (UE) n.º 2020/1201, da Comissão, de 14 de agosto de 2020, relativo às medidas para impedir a introdução e a propagação na União de *Xylella fastidiosa* (Wells et al.).

AMBIENTE

[Lei n.º 59/2020, de 12 de outubro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas.

[Decreto-Lei n.º 86/2020, de 14 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Transpõe para a ordem jurídica interna o disposto nas Diretivas Delegadas (UE) 2020/360, 2020/361, 2020/364, 2020/365 e 2020/366, todas da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico, assim como o disposto nas Diretivas Delegadas (UE) 2020/362 e 2020/363, da Comissão, da mesma data, relativas aos veículos em fim de vida.

Altera (oitava alteração) o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho (estabelece as regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos), assim como altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro (estabelece o regime unificado dos fluxos específicos de resíduos), que transpuseram, respetivamente, o disposto na Diretiva 2011/65/UE e na Diretiva 2000/53/CE, alteradas pelas diretivas ora transpostas.

[Decreto-Lei n.º 87/2020, de 15 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do [Regulamento \(UE\) n.º 2015/757](#), relativo à monitorização, comunicação e verificação das emissões de CO (índice 2) provenientes do transporte marítimo.

[Portaria n.º 244/2020, de 15 de outubro](#)

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Fixa a tarifa aplicável aos centros eletroprodutores previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, que utilizam resíduos urbanos como fonte de produção de eletricidade em instalações de valorização energética, na vertente de queima de resíduos sólidos urbanos indiferenciados provenientes de Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

COESÃO TERRITORIAL

[Decreto-Lei n.º 88/2020, de 16 de outubro, de 16 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 135-B/2017, de 3 de novembro, que aprova o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, que tem como objetivo a recuperação dos ativos empresariais danificados, total ou parcialmente, pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017, nos municípios das regiões Centro e Norte particularmente afetados.

CULTURA

[Portaria n.º 238/2020, de 9 de outubro](#)

CULTURA

Aprova os Estatutos da Academia Nacional de Belas-Artes.

DEFESA

[Portaria n.º 237/2020, de 9 de outubro](#)

DEFESA NACIONAL

Institui o Prémio «Academia de Marinha», de âmbito internacional, atribuído pela Academia de Marinha que se destina a incentivar e a dinamizar a pesquisa e investigação científica no âmbito da história das atividades marítimas portuguesas e das artes, letras e ciências no que diga respeito ao mar e às atividades marítimas e, em particular, à história da Marinha e da ciência náutica e cartografia portuguesas.

FINANÇAS

[Decreto-Lei n.º 84/2020, de 12 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) [2019/2177](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2019.

Altera (sexta alteração) o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado em anexo à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 83/2020, de 6 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 163/2015, de 17 de agosto, que cria os regimes sancionatórios aplicáveis aos regimes jurídicos do céu único europeu, e executa o [Regulamento \(UE\) 2015/340](#) da Comissão, de 20 de fevereiro, relativo aos requisitos técnicos e os procedimentos administrativos referentes às licenças e aos certificados dos controladores de tráfego aéreo. Republica em anexo o Decreto-Lei n.º 163/2015, de 17 de agosto, com a redação atual.

[Lei n.º 60/2020, de 13 de outubro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a legislar em matéria de prevenção e investigação de acidentes ferroviários, transpondo parcialmente a [Diretiva \(UE\) 2016/798](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016.

[Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Transpõe parcialmente a [Diretiva \(UE\) 2016/798](#), relativa à segurança ferroviária.

JUSTIÇA

[Portaria n.º 239/2020, de 12 de outubro](#)

JUSTIÇA

Altera a [Portaria n.º 282/2013](#), de 29 de agosto, que regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis.

MAR

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2020, de 7 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece as condições de funcionamento da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar.

[Portaria n.º 235/2020, de 8 de outubro](#)

DEFESA NACIONAL E MAR

Estabelece o conteúdo funcional e os requisitos de acesso às categorias dos marítimos, definidas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2019, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da atividade profissional do marítimo.

[Despacho n.º 9747-A/2020, de 8 de outubro](#)

Mar - Gabinete da Secretária de Estado das Pescas

Determina a interdição da captura, manutenção a bordo e descarga de sardinha (*Sardina pilchardus*), a partir das 0 horas do dia 10 de outubro de 2020, com qualquer arte de pesca.

[Lei n.º 62/2020, de 13 de outubro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) [2017/159](#), do Conselho, de 19 de dezembro de 2016, e [2018/131](#), do Conselho, de 23 de janeiro de 2018.

[Portaria n.º 242/2020, de 13 de outubro](#)

MAR

Define os montantes e o modelo de repartição das taxas cobradas pelos serviços prestados no âmbito do [Decreto-Lei n.º 93/2018](#), de 13 de novembro.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Portaria n.º 236/2020, de 8 de outubro](#)

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Ingresso de Trabalhadores na Carreira Especial de Fiscalização, que consta em anexo, o qual vai decorrer na Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL).

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2020, de 9 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Prorroga o mandato do grupo de projeto «Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública».

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Portaria n.º 240/2020, de 13 de outubro](#)

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Procede à segunda prorrogação do prazo para apresentação de candidaturas à 5.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado, específicos para os serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PEPAC-MNE), bem como procede à alteração da data de início dos estágios, previstos na [Portaria n.º 70/2020](#), de 13 de março.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2020/A, de 12 de outubro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Altera (segunda alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2015/A, de 12 de agosto, que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro (alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 16/2014/A, de 1 de setembro, e 1/2020/A, de 8 de janeiro), que aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro.

[Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, de 14 de outubro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC), adotando medidas para identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos, urbanos e mistos situados na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de maio, e nas Leis n.ºs 78/2017, de 17 de agosto, e 65/2019, de 23 de agosto.

Estabelece, ainda, o procedimento de representação gráfica georreferenciada dos referidos prédios e cria uma plataforma eletrónica de informação cadastral.

[Decreto Legislativo Regional n.º 27/2020/A, de 16 de outubro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Determina a cessação de vigência de decretos legislativos regionais publicados entre 1997 e 2018.

MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 41/2020/M, de 9 de outubro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Cria a Direção Regional da Saúde e aprova a respetiva orgânica.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2020/A, de 14 de outubro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Regulamenta a majoração extraordinária do período de férias e da atribuição do prémio de desempenho aos profissionais do Serviço Regional de Saúde.

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 89/2020, de 16 de outubro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego sem termo ou por tempo indeterminado nos órgãos, organismos, serviços e demais entidades, incluindo o setor público empresarial do Ministério da Saúde, para a prestação direta de cuidados de saúde e para a prestação de serviços de suporte.

TRABALHO

[Lei n.º 61/2020, de 13 de outubro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, transpondo a [Diretiva \(UE\) n.º 2018/957](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de junho de 2018, e procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 29/2017](#), de 30 de maio.

[Portaria n.º 241/2020, de 13 de outubro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

[Portaria n.º 245/2020, de 16 de outubro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Permite a prorrogação por três meses adicionais dos contratos das medidas Contrato Emprego-Inserção para pessoas com deficiência e incapacidade, Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção+ (CEI+), cuja duração total aprovada cesse até 31 de dezembro de 2020.

TRIBUNAIS

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2020, de 6 de outubro](#)

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «O conceito de 'residência por dependência', acolhido no artigo 16, n.º 2, do CIRS, não pode sobrepor-se ao conceito convencional de residência constante do artigo 4.º da Convenção contra a Dupla Tributação celebrada entre Portugal e a Itália (aprovada para ratificação pela [Lei n.º 10/82](#), de 1 de Junho), dada a supremacia do direito internacional sobre o direito interno ordinário consagrada nos artigos 8.º da CRP e 1.º, n.º 1, da LGT».

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2020, de 7 de outubro](#)

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Uniformiza Jurisprudência nos seguintes termos: «A partir de 1 de setembro de 2016 e para as ações executivas que vierem a ser instauradas em juízo desde aquela data, «ex vi» dos art.ºs. 04.º, n.º 1, als. l) e n), do ETAF, 157.º, n.º 5, do CPTA, 61.º e 89.º do DL n.º [433/82](#), de 27/10, 15.º, n.º 5, do DL n.º [214-G/2015](#), de 2/10, cabe à jurisdição administrativa a competência para a execução jurisdicional das decisões administrativas que, por violação de normas de direito administrativo em matéria de urbanismo, hajam aplicado coimas e tenham estas sido alvo ou não de impugnação».

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

